

MARGENS TRANSNACIONAIS: AUTORIA FEMININA BRANCA E REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE PERSONAGENS NEGRAS NO SÉCULO XIX¹

TRANSNATIONAL MARGINS: WHITE FEMALE WRITERS AND LITERARY REPRESENTATION OF BLACK CHARACTERS IN THE 19TH CENTURY²

Ligia Cristina MACHADO*

<https://orcid.org/0000-0002-1567-2139>

Resumo: A era das revoluções trouxe uma série de transformações para a organização da sociedade ocidental. Entre aquelas, a Revolução Haitiana, especificamente, foi uma das grandes responsáveis pela necessidade dos governos, independentes ou não, discutirem os rumos da escravidão no mundo Atlântico. Mulheres e negros participaram desse processo e a posição desprivilegiada que ocupavam lhes deu percepções particulares das mudanças sociais. Neste estudo, foram selecionadas três escritoras que circularam pelo Atlântico através de suas ideias ou como viajantes e conseqüentemente integraram o sistema mundial de trocas culturais que ocorrem desde, pelo menos, fins do século XVIII. Cada uma delas nasceu em um ponto diferente do Atlântico: Nísia Floresta, nasceu no Brasil e viajou por diversos países da Europa por grande parte da sua vida; Harriet Beecher Stowe nasceu nos Estados Unidos e viajou principalmente após o sucesso internacional que seu romance, *A Cabana do Pai Tomás* alcançou ao redor do mundo; Claire de Duras era francesa e atravessou os conturbados períodos revolucionários de seu país, precisando se refugiar por um tempo fora dele. O que uniu as três pontas dessas histórias foi o interesse de todas elas em se aventurarem a criar representações de pessoas negras em obras bastante diversas, mas que dialogavam com um esforço transnacional de dar destaque a uma parcela da população mundial que era inferiorizada pelo pensamento europeu, mas que ganhara notoriedade social depois da Revolução do Haiti.

Palavras-chave: Representação negra; escritoras oitocentistas; escravidão; abolição; circulação de impressos.

Abstract: The age of revolutions brought a series of transformations to the organization of Western society. Among these, the Haitian Revolution, specifically, was largely responsible for an urge of the governments, whether independent or not, to discuss the course of slavery in the Atlantic world. Women and black individuals participated in this process and their underprivileged position afforded them particular perceptions of social changes. This paper focuses on three female writers who

¹ A pesquisa que gerou esse artigo faz parte de minha tese de doutorado, na qual é possível encontrar o tema discutido de forma mais ampla e aprofundada. Tese de doutorado em Teoria e História Literária, intitulada *Rebeldes, cristãos e revolucionários: o papel da Revolução do Haiti na representação negra do século XIX*. Defendida no Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2022, sob orientação do Prof. Dr. Jefferson Cano.

² The research that generated this article is part of my doctoral thesis, in which it is possible to find the topic discussed in a broader and more in-depth way. Doctoral thesis in Literary Theory and History, entitled “*Rebeldes, cristãos e revolucionários: o papel da Revolução do Haiti na representação negra do século XIX*”. Defended at the Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2022, under the guidance of Professor Jefferson Cano.

* Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e-mail: ligiacristina.m@gmail.com.

circulated across the Atlantic through their ideas or as travelers, and, consequently, integrated into the global system of cultural exchanges that have occurred since at least late 18th century. Each of them was born in a different part of the Atlantic: Nísia Floresta was born in Brazil and traveled through different countries in Europe for most of her life; Harriet Beecher Stowe was born in the United States, and traveled mainly after the international success that her novel, *Uncle Tom's Cabin*, achieved worldwide; Claire de Duras was French and went through the troubled revolutionary periods in her country, needing to take refuge outside it for a while. What connected the threads of these three stories was their shared interest in venturing into creating representations of black people in works that were quite diverse but engaged in a transnational effort to give personality to a portion of the world population that had been marginalized by European thought, but which gained social prominence after the Haitian Revolution.

Keywords: black representation; nineteenth-century women writers; slavery; abolition; circulation of printed material.

O cenário: um mundo em transformação – século XIX

As últimas décadas do século XVIII e o começo do século XIX foram momentos de intensa transformação para a realidade europeia e, pouco a pouco, também para a mundial. Não por acaso, Eric Hobsbawm (2009) nomeou o período como a “era das revoluções” e delimitou o espaço de tempo entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial como o “longo século XIX”. A denominação do autor levou em conta uma série de complexas mudanças que se conectam e se complementam dando sentido ao período e, no limite, dando sentido à própria concepção de sociedade que carregamos ainda hoje. Foram os pensadores do fim do século XVIII, influenciados pelas perspectivas do iluminismo, que inventaram uma noção a nós muito cara: a ideia de que todos os homens nascem iguais e de que não deveriam ser alienados de seu direito à liberdade e à busca pela felicidade (Hunt, 2009). Palavras ditas e marcadas a tinta em importantes declarações como a Americana e a Francesa foram promulgadas por *homens brancos*, mas em muito pouco tempo extrapolaram o espaço de pensamento dominado por esses senhores e entraram para o vocabulário de dois outros grupos, o de mulheres e de negros, para os quais tais ideias seriam de grande valia na luta que eles ainda precisariam empreender em busca de efetivarem os sentidos dados àqueles supostos direitos universais.

Como é possível notar, esse não foi um movimento específico que aconteceu exclusivamente nos Estados Unidos ou na França. Para que essas revoluções atingissem as proporções que alcançaram, a circulação transatlântica de impressos, ideias e pessoas foi essencial (Abreu, 2011; Abreu e Silva, 2016). Efetivamente, o processo de mundialização

começou muito antes. Segundo Gruzinsky (2004), foi já no século XVI que as quatro partes do mundo começaram a ser unificadas, graças, principalmente, as monarquias ibéricas. A colonização, por parte da Espanha e de Portugal, levou não apenas exploradores, mas também livros e ideias para a América, África e Ásia. Neste mesmo movimento, Thomas Jefferson influenciou a escrita da famosa declaração francesa e o texto francês foi o ponto de partida para as revoltas de colonos ricos de São Domingos que, apesar de possuírem bens materiais, conviviam com a desvantagem social de não serem brancos. Indignados com o cerceamento de seus direitos políticos, alguns afrodescendentes livres e ricos viajaram da colônia de São Domingos para a capital francesa em busca de criarem alianças para que a ampliação de seus direitos fosse discutida no começo da década de 1780. A notável capacidade para entrarem em contato com abolicionistas ingleses e franceses³ fez com que o tema fosse absorvido pela *Société des Amis des Noirs*, criada em 1788, e fosse de fato discutido entre os políticos francês no final da década de 1780. Por um lado, o clima revolucionário fazia-se propício para se colocar em discussão qual seria a noção de liberdade que a França abraçaria, por outro a elite proprietária de terras formaria um grupo de resistência para evitar que as ideias revolucionárias fossem aplicadas nas colônias (Gauthier, 2007). O acirramento das diferenças entre afrodescendentes ricos e proprietários brancos e a incapacidade dos últimos em aceitarem negociar com homens ricos, porém de ascendência africana, foi o estopim para a briga armada. A revolta dos proprietários de cor da colônia de São Domingos deu, então, espaço para a revolução liderada pela maioria de africanos escravizados que viviam na ilha (James, 2010; Dubois, 2004). Por sua vez, os resultados dessa revolta repercutiram em países como os Estados Unidos, Cuba e Brasil e aterrorizaram a classe dominante diante da possibilidade de que uma revolta negra como aquela pudesse acontecer dentro desses outros espaços nacionais (Geggus e Fiering, 2009; Dubois, 2004). Temos assim um conjunto de atitudes que se conectavam extrapolando fronteiras nacionais, sociais, econômicas e de gênero. As ideias em circulação afetavam leitores e ouvintes; elas saíam da Inglaterra em direção à França, voltavam para Inglaterra ou dirigiam-se para as colônias e era esse fluxo

³ É interessante que, apesar de o posicionamento dos franceses integrantes da *Société des Amis des Noirs* ser mais contido do que de ingleses, desde o início eles aderiram a ideia de igualdade social e política para afrodescendentes livres. Na oposição, os escravagistas também se uniram em uma sociedade para barrarem essas ideias: o Club Massiac. Formava-se assim o que se pode considerar como a primeira disputa entre racistas e antirracistas, já que a base argumentativa para se manter as diferenças legais de direitos era a distinção de cor entre afrodescendentes livres (e ricos) e os demais proprietários de terras da colônia.

que, no caso das ideias sobre a verdade autoevidente do direito à liberdade, atemorizava proprietários da Virgínia, nos Estados Unidos, a São Paulo, no Brasil.

Foi nesse cenário político e social que o gênero romanesco se estabeleceu como forma literária, o que talvez ajude a explicar o caráter profundamente internacional que ele possui. Assim, podemos nos perguntar: como pensar esse objeto levando-se em conta o seu contexto? No campo teórico da história e da literatura, Franco Moretti (2000, p.173-181) retomou os conceitos de Goethe, – um homem do fim do século XVIII – sobre a ideia de *Weltliteratur*, para repensar a forma de se construir a história literária já que, segundo ele, “a literatura a nossa volta é inequivocamente um sistema planetário” (Moretti, 2000, p.174). Para o autor, esse sistema literário mundial espelharia o capitalismo internacional, uno e desigual, que se alastrava no século XIX por várias partes do mundo. Assim, um sistema-mundo literário, como o sistema capitalista, colocaria as literaturas das diversas partes do globo em contato ainda que de maneira desigual entre centro e periferia.

De fato, como assevera Franco Moretti, essa não é uma tarefa fácil, pois pressupõe uma compreensão dos processos históricos e das línguas de todos os países que estão envolvidos nessa complexa teia de acontecimentos transnacionais. Por outro lado, os resultados podem ser realmente instigantes. A leitura distante (*distant reading*), como a pressupõe Moretti, e a análise histórica de longa duração, teorizada por Fernand Braudel, parecem-nos propostas teóricas valiosas para se dimensionar os efeitos e para se analisar as reflexões, feitas na época, de realidades como a escravidão negra no Atlântico e o posicionamento feminino em sociedades, com ideais burgueses, cada vez mais machistas e idealizadoras do papel da mulher como restrito ao espaço da casa. Deste modo, o que pretendemos fazer aqui é investigar a literatura levando em conta tanto a circulação de ideias quanto as disparidades do sistema literário, tendo como foco a produção feminina neste cenário.

Em um universo tão amplo de ideias e personagens históricos vamos nos ater a três deles que correspondem ao interesse específico de observar como mulheres brancas representaram pessoas negras, em textos escritos em prosa, em três pontos do Atlântico: França, Estados Unidos e Brasil. Madame Claire de Duras foi uma aristocrata que manteve um dos mais famosos salões literários de Paris no período da restauração napoleônica. Sua novela *Ourika* (1823) é considerada a primeira obra francesa a problematizar o racismo de um ponto de vista psicológico. Nos Estados Unidos, Harriet Beecher Stowe se tornou um

fenômeno internacional com *A cabana do pai Tomás* (1852), primeiro best-seller norte-americano a ter um impacto tão grande ao redor do mundo. No Brasil, Nísia Floresta é considerada a primeira mulher com princípios feministas do país. Ela viveu entre a Europa e o Brasil, publicando textos em italiano, francês, inglês e português. Seus escritos tiveram consideravelmente menor impacto do que os das outras duas, mas, ainda assim, ela pode ser considerada uma agente de transferências culturais. *Páginas de uma vida obscura* (1855) foi um conto publicado na imprensa brasileira que dialoga com representações francesas e inglesas de personagens negros, além da autora vinculá-lo diretamente com a obra da escritora norte-americana.

A escolha das três autoras pretende trazer para a discussão que aqui será feita a dimensão transnacional da produção literária oitocentista (Abreu, 2011), observando a conexão entre a circulação de ideias e pessoas e os resultados alcançados por esse sistema literário no que tange o tema da escravidão e da abolição. Para Moretti (2000, p. 178-179), o que se forma nessas histórias é um triângulo interpretativo no qual se considera “um enredo estrangeiro” com “personagens locais” e “ainda voz narrativa local”. Para essa análise, tal reflexão será interessante para pensar como o local mobiliza a questão mundial do problema abolicionista, intercalando a problemática geral da escravidão com a visão particular e nacional de cada uma das autoras. Desde o início, no entanto, é importante sublinhar que o resultado desses textos escritos na primeira metade do século XIX é necessariamente uma representação do *outro*, visto socialmente (e cientificamente) como inferior (Curtin, 1964; Hoffman, 1973). Por outro lado, aquelas que criaram as representações literárias aqui selecionadas integram também um grupo inferiorizado que ainda precisava firmar sua importância na sociedade para além do espaço privado. Por fim, a análise partirá da autora mais periférica, ou seja, a brasileira, em direção às mais centrais, pois, como mostra Pascale Casanova (2002), são as literaturas periféricas que mais sofrem efeitos da forma central.

A circulação de ideias e pessoas no Oitocentos: mulheres abolicionistas?

Talvez das três personagens históricas citadas anteriormente, Nísia Floresta ⁴ tenha sido a que viajou por um período mais longo de tempo e, levando em conta o papel esperado de

⁴ O seu nome de batismo era Dionísia Gonçalves Pinto.

uma mulher no século XIX, foi a que menos se enquadrou nos padrões de sua época. Por um lado, se considerarmos a dinâmica da circulação de textos, ela também foi a autora com menor impacto. Por outro, ela foi relativamente reconhecida durante sua vida e, por ocasião de sua morte em 1885, ganhou um artigo de primeira página no famoso jornal carioca *O paiz*, no qual o cronista enfatizava sua longa estadia na Europa e as várias obras publicadas por ela não apenas em português, mas nas demais línguas europeias de maior reconhecimento literário (Maia, 2016, p.29). Como comenta Ludmila Maia (2016, p. 17), são várias as pesquisas feitas hoje no Brasil sobre a escritora oitocentista. Podemos demarcar como justificativas para esse interesse, o pioneirismo de Nísia Floresta na luta pela expansão de direitos para mulheres no Brasil e o seu papel como viajante, que a tornou uma propagadora das letras brasileiras em terras europeias. Deste modo, observar o esforço de Nísia Floresta, para ascender em meio aos letrados europeus, é um exercício que nos coloca a problemática de campo literário como proposto por Pascale Casanova (2002) e nos permite refletir sobre como a república das letras surge para as letras periféricas, trazendo inegavelmente questões transnacionais.

Com uma prolífica vida literária, Nísia Floresta poderia ser apontada como uma das poucas mulheres-de-letras do Brasil na primeira metade do século XIX. Sua vida pessoal foi conturbada: em 1823, separou-se do primeiro marido aos 13 anos de idade e aos 18 passou a viver com outro homem, o pai de seus filhos e aquele que ela consideraria seu esposo. Nascida no Rio Grande do Norte, chegou a viver por um tempo naquele estado e depois na capital do império, onde se envolveu com o mundo letrado carioca (Duarte, 2008). Depois de alguns dissabores na sociedade carioca, por conta de seu pensamento avançado no que tangia a educação de meninas, ela mudou-se para França e então passou boa parte de sua vida em terras europeias (Maia, 2016). Como observa Kumari Jayawardena (1996), ter a possibilidade de viajar poderia ser, para muitas mulheres, libertador. Para uma mulher que saía de um espaço considerado periférico em direção à Europa, era ainda o encontro com o mundo civilizado.

Por ser mulher, brasileira e ter como língua materna o português, Nísia Floresta reunia um conjunto de desvantagens sociais inegáveis para alguém que escolhera marcar seu lugar no mundo escrevendo. Ainda assim, ela estabeleceu contato com vários nomes da ilustração francesa como George Sand, Victor Hugo, Lamartine, Alexandre Dumas (pai), Auguste

Comte entre outros (Duarte, 1997). Por esse esforço particular, ela se transformou em uma agente de transferências culturais ao produzir variedades culturais na interlocução entre letrados, de diversas nacionalidades, e as particularidades de suas interpretações pessoais sobre o que via, lia e ouvia (Joyeux, 2002). Uma mulher rica e bem instruída, vinda do recente estado nacional e imperial do Brasil, deveria gerar algum interesse em pessoas de igual status social e interessadas na vida na América. Contudo, é importante notar também que para se integrar a esse meio letrado europeu, Nísia Floresta Brasileira Augusta passou a escrever nas línguas literárias da Europa – francês, inglês e italiano. Em contrapartida, ela assinou tais escritos com o interessante pseudônimo de Brasileira Augusta (B. A.), algo que diz muito sobre a forma como ela deveria ser vista e se reconhecer no ambiente europeu.

O problema da língua, na verdade, era abordado por vários escritores brasileiros daquele século. Em 1859, Machado de Assis lamentava a falta de difusão dos textos em português e, a respeito da peça *Mãe* de José de Alencar, o futuro bruxo do Cosme Velho acreditava que se *não fosse a língua* a obra teria qualidade para fazer tanto sucesso quanto *A cabana do pai Tomás* (1852) de Harriet Stowe (Guimarães, 2013). A observação de Machado de Assis é iluminadora, pois José de Alencar foi consagrado o grande autor romântico brasileiro. Deste modo, ele era a pessoa que possuía um nome de peso e uma qualidade notável na escrita. Porém, ao escrever em português o alcance de seus textos era automaticamente limitado. Em certo sentido, o sucesso de *A cabana do pai Tomás* deveria sublinhar amargamente para autores brasileiros a desvantagem de a língua nacional do país ser o português. Afinal, os Estados Unidos também haviam sido colônias americanas e não possuíam a antiguidade literária, ao mesmo tempo nacional e universal (Casanova, 2002, p. 109-154), para que sua literatura fosse consagrada. No entanto, ao herdarem a língua literária de seus colonizadores, os escritores americanos já adquiriam vantagens frente aos brasileiros, dada a importância da Inglaterra no período. O romance da escritora norte-americana realizava pela primeira vez uma inversão histórica ao fazer com que um best-seller produzido na América atingisse proporções mundiais e mostrava que não era impossível mudar o fluxo literário.⁵

⁵ Não é o primeiro romance norte-americano a circular fora dos Estados Unidos, mas é o primeiro a poder rivalizar com a França e a conquistar tão grande número de traduções. Ver: Parfait, 2010; Todd, Emily. *Transatlantic Stowe: Harriet Beecher Stowe and European Culture*. Iowa: Iowa University, 2006.

Entender as proporções dessa inversão literária não é imediata e não pode ser explicada apenas pelo uso da língua inglesa. A observação de Casanova (2002, p. 110) sobre Henry James e a preferência do autor, nascido americano, pela nacionalidade inglesa, pode ajudar a entender o fenômeno do livro de Harriet Beecher Stowe. James prefere a nacionalidade inglesa, pois a Inglaterra lhe daria maiores possibilidades de reconhecimento literário, algo que os Estados Unidos ainda não eram capazes de legar aos seus escritores. Ainda que escrevesse em inglês, o país de origem demarcaria a forma como o público receberia as suas obras. Harriet Beecher Stowe era uma mulher norte-americana e destarte seria vista e julgada pelos leitores fora dos Estados Unidos. O seu pertencimento nacional, assim como de todos os escritores, criava um universo de expectativas para a recepção literária e sempre foi um dado essencial para a forma como os autores eram (e são) encarados internacionalmente. Deste modo, *A cabana do pai Tomás* foi uma daquelas grandes exceções capazes de quebrar a imposição do sistema literário e criar um inesperado entusiasmo de leitores, na França e na Inglaterra, por uma obra americana.

A forma como Harriet Stowe abordou a temática da escravidão, um assunto que ganhava cada vez mais relevância com o passar das décadas do século XIX, foi o que deu o tom do seu impacto, em uma mescla entre questões literárias e sociais. Gustave Flaubert (1998), diante do estardalhaço literário que a obra estava causando no mundo e na França, falou do livro em carta trocada com Louise Colet e criticou o seu caráter panfletário, sentenciando a história seria uma obra passageira, movida pelo calor dos discursos políticos do período.

Ainda que o romance mereça muitas críticas, Flaubert errou quanto a fugacidade da narrativa, que permanece sendo relida e readaptada até hoje (Parfait, 2007). Porém, o que provavelmente atraiu a atenção do famoso autor francês para a obra foi a quebra do paradigma literário que ela causou na França. Em uma situação inédita no país, e mais precisamente na capital francesa, entre outubro de 1852 e janeiro de 1853, o romance americano havia mobilizado quatro dos mais renomados jornais da capital em diferentes traduções da obra para a língua francesa, cada qual prometendo ser mais atento em um ou outro quesito para atrair seus leitores. Segundo Claire Parfait (2010), era a primeira vez na história da França que um romance estrangeiro era traduzido ao mesmo tempo por diferentes jornais de Paris. Não por acaso, é exatamente essa ressonância parisiense da obra que surge

nos jornais brasileiros no começo de 1853, antes do livro ser traduzido para o português (Machado, 2022). Na Rússia, inclusive, a obra circulou por muito tempo em francês (Mackay, 2013).

Harriet Beecher Stowe, ao contrário de Nísia Floresta, passou a maior parte da vida em uma existência provinciana. Nascida em uma família protestante, seu pai e marido eram pastores. Por conta disso, desde pequena ela teve um profundo aprendizado religioso e tornou-se, quando jovem, professora de retórica em uma escola feminina (Hedrick, 1994). Ela não escreveu em outras línguas, mas depois da publicação do livro, quando já tinha 42 anos, recebeu cartas e reconhecimento de todos os cantos da Europa. A escritora, no entanto, não se tornou de fato consagrada internacionalmente por sua escrita, mas apenas por esse livro em particular. Nenhuma de suas obras, anteriores ou posteriores à *Cabana do pai Tomás*, teve a mesma recepção, mesmo aquelas que voltaram a abordar o tema da escravidão. Também devemos observar que não se tratou de um simples caso folhetinesco de sucesso entre o grande público. Se Flaubert se manifestou com uma crítica à obra (vale observar que o comentário foi feito em uma carta pessoal), George Sand, outro importante nome do período, fez um longo elogio ao romance em artigo publicado no jornal *La Presse* de Paris. Por debater um assunto tão importante, de cunho internacional, como a abolição, seria difícil que a obra de Stowe fosse considerada apenas um entretenimento literário.

Ainda que em menor proporção, Madame Duras também marcou seu período. Em 1808, depois de ter que se refugiar por um tempo entre a Filadélfia e Londres durante os anos da Revolução Francesa, Claire de Duras voltou a instalar-se em Paris e fundou o mais famoso salão literário de seu tempo (Miller, 2008, p. 158-169). Em uma dessas reuniões, no ano de 1823, ela contou oralmente a história de *Ourika* para o público de letrados franceses que eram convidados para o seu salão. A narrativa, em poucas páginas, trazia uma nova perspectiva para a construção de uma personagem negra ao problematizá-la psicologicamente. Durante o século XVIII, e ainda no decorrer do XIX, os romances europeus com personagens africanas, escritos na França ou na Inglaterra, abusavam da imagem do guerreiro nobre, de porte atlético e força descomunal. Havia, nessas personagens, pouco aprofundamento psicológico e um exagero na descrição da força física ou do bom caráter, de modo que mesmo indiretamente acabava explicando a regra geral da inferioridade negra (Varikas, 2010).

Ao ouvirem tal história, dizem que Sainte-Beuve e Chateaubriand ficaram maravilhados e, por insistência deles, ela acabou sendo publicada naquele mesmo ano (Miller, 2008, p. 158-160). De fato, a sensibilidade dos ouvintes não falhara e a obra conquistou várias reedições rapidamente. Em 1824 já havia sido traduzida para o inglês, espanhol e russo. Do mesmo modo como *A cabana do pai Tomás*, emocionou grandes nomes de sua época e foi rechaçada como absurda por escravagistas (Varikas, 2010). Autores diversos responderam literariamente à obra com outras publicações. Uma delas, escrita por uma francesa em 1824 e intitulada *Nouvelle Ourika* (Dudon, 1824), pode ser apontada como um exemplo de reescrita e embranquecimento da história original, do mesmo modo como ocorrera diversas vezes com *A Cabana do pai Tomás* (Jordan-Lake, 2005). Podemos depreender várias questões dessas constatações, mas o que nos interessa aqui é que o processo de retomada e reescrita de obras impactantes acontecia dentro do centro literário e fora dele.

Ourika era baseada na história de uma criança senegalesa que fora comprada pelo governador da colônia no fim dos anos de 1780 e levada para França. Segundo os relatos, a esposa do governador teria se afeiçoado à menina, a quem criou como uma filha. A criança, no entanto, teria falecido de uma doença ainda muito pequena (Varikas, 2010). Claire de Duras utiliza-se dessa história, famosa no meio aristocrático, para imaginar como seria a realidade da menina se ela tivesse se tornado uma mulher adulta na sociedade francesa.

Na narrativa, *Ourika* chega em Paris com a idade de dois anos e passa a ser criada por Mme. de B..., recebendo a mesma educação que seus filhos. Ela aprende a cantar e dançar; a ler e a escrever; a se portar em uma recepção pública; a falar inglês e italiano, ou seja, ela é introduzida a todas as habilidades típicas das mulheres da aristocracia francesa. Sua infância transcorre sem que ela perceba qualquer diferença substancial entre ela e os que a cercam. E nesse pequeno detalhe do texto, é notável o tratamento igualitário que a autora quer transmitir, refletindo um ideal importante para os franceses do pós-Revolução.

Contudo, aos 12 anos, *Ourika* escuta uma conversa, entre sua protetora e outra mulher da aristocracia, na qual era colocado como um problema a cor escura de sua pele e a impossibilidade de ela adquirir um casamento dentro da metrópole. É apenas neste momento que *Ourika* toma consciência de si; pela voz de um membro externo a sua família de criação, ela seria apresentada ao preconceito que aqueles que tinham uma cor como a sua sofreriam naquela sociedade. A partir de então, ela irá reanalisar o seu lugar no meio aristocrático em

que vivia – por ter sido adotada por uma protetora francesa –, mas que não podia integrar totalmente. De acordo com Christopher Miller (2008, p.164), o direito de Ourika viver como pessoa (e não propriedade) na França preserva na história a autoimagem francesa de terra da liberdade. O autor questiona, no entanto, se isso realmente significa que a angústia alimentada por Ourika diante de suas características físicas deixam de ser sobre a escravidão para se tornar apenas sobre preconceito racial. Será que podemos falar de um espírito abolicionista quando tratamos dessa obra?

Como observa Eleni Varikas (2010), é notável que nessa novela de Madame de Duras já se encontram questionamentos sobre a construção da identidade negra que apareceriam no século XX em livros, como *Pele negra, máscaras brancas*, de Franz Fanon (2020), e no tema da dupla consciência que seria trabalhado mais profundamente por W. E. B. Du Bois. A autora francesa consegue criar uma narrativa cujo foco são os sentimentos de Ourika e seu lugar marginal em uma sociedade aristocrática e branca. Ao reconhecer o suposto problema de sua cor, a jovem vai pouco a pouco criando aversão a si mesma; a suas mãos e a seu rosto; a imagens suas no espelho. Com uma educação esmerada, ela passa a viver entre dois mundos: o de sua cor negra e o da educação branca que recebera. Esses dois mundos, no entanto, por mais que pudessem se cruzar não poderiam se conectar. Ourika estaria sempre nas margens da sociedade francesa. A educação adquirida por ela não é capaz de sobrepor a sua cor, afinal, que homem “aceitaria ter filhos negros” se não fosse apenas por dinheiro? Assim, adquirir as supostas luzes da civilização se tornou, para Ourika, sinônimo de finitude e solidão (Duras, 1824). No discurso da personagem, entrar em contato com os saberes da Europa era positivo, mas viver entre brancos não.

É interessante notar o ar colonizador que existe por trás das dificuldades enfrentadas pela personagem naquele ambiente. A autora não representa sua personagem como incapaz de adquirir conhecimento, nem temos outra personagem negra que sirva de contraponto para se justificar a inferioridade intelectual do negro.⁶ E, como Ourika não é excepcional – ela aprende porque foi ensinada –, a narrativa também dava a entender que outros africanos poderiam se beneficiar do acesso ao modelo de civilização europeia. Vale lembrar que, nesse momento, a Europa se via como único povo verdadeiramente instruído, sendo as formas de

⁶ O romance *Bug-Jargal*, publicado em 1826, por Victor Hugo, é um exemplo no qual pode se encontrar esse contraponto que inferioriza o negro em todos os personagens negros do livro que não fossem o protagonista.

vida de africanos prova da barbárie em que estavam imersos (Todorov, 2010). A partir do iluminismo civilização e barbárie tornam-se antônimos. Para ser realmente civilizado era preciso aderir ao sistema político, econômico e social da Europa.

Observa-se aqui o germe de uma ideia. Ao mesmo tempo que Madame Duras humaniza os africanos, ela questiona o espaço que eles conseguiriam adquirir na metrópole. Soa como se, talvez, eles pudessem ser “guiados” pelos franceses para alcançarem as bases do progresso e da civilização em sua própria terra. Ourika deseja o progresso para os seus, mas o único exemplo que ela possui, o Haiti, não poderia ser usado de modelo para a ideia de progresso da autora. Na voz de Ourika, a narrativa critica os afrodescendentes haitianos, que lutaram por direitos no início da Revolução Francesa, e os homens brancos que os defenderam: “Percebi o ridículo desses personagens que queriam dominar os acontecimentos; julgava a mesquinhez de suas personalidades, adivinhava seus desejos secretos; logo sua falsa filantropia deixou de me enganar.”⁷ Deste modo, por mais que a narrativa seja muito bem trabalhada ao desenvolver os sentimentos conflitantes da jovem mulher, ela não chega a ter um tom de crítica ao sistema escravocrata. Ourika deixa de ser escrava apenas por bondade de sua senhora, uma bondade que não é questionada em sua natureza. O Haiti e a luta contra a escravidão, quando surgem, são invariavelmente rechaçados. Ou seja, ao tomar a ação, o negro é perigoso e, mesmo que a narrativa apresente as diversas dificuldades enfrentadas por uma mulher negra em meio a uma maioria de brancos, os afrodescendentes revolucionários são apontados como mesquinhos por exigirem igualdade de direitos. Na narrativa, Ourika passou a ser vista de forma realmente negativa pelos aristocratas após a revolução; a culpa pela piora do tratamento de brancos com uma mulher negra decaía, assim, nas ações dos próprios negros.

Ao falar do romance, Christopher Miller adverte para que os leitores e críticos de Madame Duras tivessem o cuidado de não a erigirem ao posto de “Harriet Beecher Stowe francesa” (Miller, 2008, p.162). É interessante observar esse movimento de vai e volta da crítica atual ao trabalharem com as autoras aqui selecionadas. Por serem mulheres que marcaram alguma inovação literária para o espaço nacional ao qual pertencem, elas são

⁷ Original: “J’apercevais les ridicules de ces personnages qui voulaient maîtriser les événements ; je jugeais les petites de leurs caractères, je devinais leurs vécus secrets ; bientôt leur fausse philanthropie cessa de m’abuser.” (Duras, 1824, tradução nossa).

retomadas pela crítica ao longo do tempo como se tivessem um compromisso com a renovação e são postas em diálogo com congêneres estrangeiras em uma busca de comprovação (ou não) de suas criações e seus espaços literários. Como Harriet Stowe se tornou a escritora por excelência a propagar o abolicionismo por meio da literatura, todas aquelas que criaram personagens negros no período passaram a orbitar ao redor do universo dessa autora. Falar dos textos contra a escravidão dessas três mulheres é também falar dos espaços sociais que elas ocupavam. A riqueza familiar de Claire de Duras e de Nísia Floresta tem profunda relação com o sistema escravocrata mundial. Realmente é preciso de cautela ao enfatizar o trabalho delas como abolicionistas. Contudo, se estamos colocando as três mulheres em diálogo, é bom ter cuidado também ao colocar, hoje, Harriet Stowe como um modelo para outros escritores. Numa época em que racismo era ciência (Azevedo, 2001, p. 85-97), ao querer erigir heróis brancos antirracistas eles precisam ir, em suas ações, além da defesa pelo fim da escravidão.⁸

A cabana do pai Tomás criticava o tráfico interprovincial nos Estados Unidos e a lei de 1850, que proibia qualquer cidadão de ajudar um escravo fugido. Dividido em dois núcleos, o romance contava a história de Tomás e de Elisa, dois escravos que teriam destinos bem diferentes. Tomás era um homem de pele escura e que aprendera o amor cristão na fazenda do sr. e da sra. Shelby. Elisa tinha a pele mais clara, e fora criada dentro da casa grande, como mucama de sua senhora. Ambos eram felizes, porém o desenrolar da história mostraria aos seus leitores que a bondade de alguns senhores não era suficiente para aplacar o mal da escravidão enquanto sistema.

Diante que uma crise financeira, sr. Shelby decide vender Tomás e o pequeno filho de Elisa, Harry. Ao descobrir o perigo que seu filho corria, Elisa pega a criança e foge, rumo ao Canadá. Ao lado dela o leitor acompanharia as angústias de uma mãe determinada a salvar a vida de seu filho, mesmo que para isso tivesse que arriscar a própria. Já ao lado de Tomás, o leitor seria convidado a conhecer diferentes tipos de senhores e vilanias da escravidão, ao descer junto com o personagem rumo aos estados mais escravagistas dos Estados Unidos. A descida de Tomás para o sul do país deixava claro que não havia outra solução possível para

⁸ Sobre as atitudes de Stowe e a visão de africanos e afrodescendentes sobre o papel que ela ocupou como escritora representando o negro como protagonista e sobre a existência de uma luta antirracista ainda no século XIX, ver: Machado, 2022.

resolver o problema da escravidão que não fosse a abolição. Das três obras, o romance de Stowe é definitivamente o mais abolicionista. Contudo, ainda devemos nos perguntar qual tipo que abolicionismo a autora defendia.

Nísia Floresta, em 1855, retomaria *A cabana do pai Tomás*⁹ para criar um pequeno conto, “Páginas de uma vida obscura”, com a sua representação do “Tom brasileiro”. Publicado no jornal *O Brasil Ilustrado*, contava a história do filho de um “*chefe de uma tribo*” do reino do Congo, que havia sido capturado com dez anos de idade, por conta de guerras que ocorriam nas “nações africanas”. No Brasil, essa criança recebeu o nome de Domingos e começou seu percurso na escravidão. “Laborioso e *forte*, Domingos *se distinguia*” pela coragem, agilidade e bom humor que empregava sempre no trabalho braçal que realizava. Homem de “*espírito superior*” aconselhava os “companheiros de escravidão” a serem abnegados e acreditarem na “bondade de Deus”. Afirmava que se viviam os martírios da escravidão era por que Deus queria “punir os pais de suas nações pelas guerras que fazem aos seus semelhantes” (Floresta, 1855a, p. 7).¹⁰

As marcações feitas acima buscam enfatizar alguns princípios narrativos do texto. Quando temos em mente a tradição do século XVIII e início do XIX sobre a representação do negro, é perceptível que Nísia bebeu dessas fontes. Ao contrário de Duras, em *Ourika*, ou mesmo de Stowe, com Tomás, Nísia continua usando formas literárias mais antigas em sua narrativa. É claro, o modelo do negro heroico não havia sido abolido, Victor Hugo, em seu romance *Bug-Jargal*, publicado em 1826, usou o mesmo método. Mas comparativamente com suas colegas, Nísia ainda se prende muito mais à ideia de excepcionalidade da personagem negra. Fora isso, a narrativa tem vários problemas de método, sendo claramente uma tentativa de a autora encaixar o enredo de *A cabana do pai Tomás* na realidade brasileira. Domingos, assim como Tomás, percorre mais de uma região do país, ainda que a autora não tenha dado o mesmo tom que Stowe, que intensificou a crueldade da escravidão com a descida em direção ao sul feita pelo escravo. É perceptível que Floresta tentou fazer o percurso contrário com Domingos em relação à escravidão: primeiro, ele passa muito tempo nas mãos de senhores cruéis para depois conseguir bons proprietários. Talvez a autora

⁹ A primeira leitura do livro feita por Nísia é de 1853, provavelmente em francês. Segundo Ludmila Maia (2016), *A cabana do pai Tomás* marcou profundamente a compreensão de Nísia sobre a escravidão e foi a partir desse momento que ela começa a se posicionar criticamente contra o sistema.

¹⁰ As aspas referem-se a trechos retirados do conto; as marcas em itálico são nossas.

pretendesse com isso dizer que a bondade do escravo estava em si mesmo e não nas mãos do proprietário. Contudo, se compararmos com Tomás, no livro de Stowe, isso desestrutura a força narrativa. Ainda que o romance americano seja essencialmente um drama romântico, o personagem principal teve várias experiências familiares, com a religião, para justificar o bom caráter que havia adquirido. Domingos, que chegou ao Brasil com 10 anos, parece ter aderido a fé cristã apenas por aptidão – algo que, em si, não é contrário ao discurso de propagação do cristianismo entre os negros feito por Stowe, mas ainda assim não ganha força narrativa no conto. Domingos flutua na relação com *A cabana do pai Tomás*, sem que o leitor possa aprofundar a origem de sua religiosidade, onde de fato ele a teria aprendido a respeitar a religião e por que, num meio tão cruel como o qual crescera, teria se afeito a ela. Todavia, vale observar que, nesse período, o Brasil ainda estava caminhando para ganhar um discurso abolicionista mais eloquente, de modo que a autora tentou apropriar-se daquele que mais a encantou para encaixar em sua narrativa.

Consciente ou inconscientemente as modificações feitas por Nísia Floresta transformam o sentido do conto. A narrativa começa com um tom panfletário e a autora utiliza as duas primeiras subdivisões da história para pregar contra a escravidão e discorrer sobre a moral cristã que poderia se enraizar com mais força naqueles que houvessem nascido em nações “não civilizadas”. Essa perspectiva, que enfatizava a predisposição dos africanos ao cristianismo, começou a ser difundida por Stowe e ganhou bastante aceitação entre os abolicionistas da época. Já o formato narrativo em si, escolhido por Floresta, assemelha-se aos antigos padrões literários franceses ao abordar o tema da escravidão. Livros traduzidos do francês que circularam no Brasil na primeira metade do século, como *Adonis ou o bom negro* (1841), *Itanoko, ou o negro como poucos há* (1845), e outros livros franceses como *La famille noire* (1825) de Sophie Doin tinham essa mesma estrutura narrativa (Machado, 2022). Percebe-se mais uma vez as redes de conexões literárias presentes na obra.

Na terceira parte, entra-se realmente no desenrolar da vida de Domingos, personagem que é o foco do narrador. O leitor não é efetivamente apresentado aos proprietários, nem a outros escravos, que apenas surgem na história como um contraponto momentâneo a Domingos. Só que no romance de Stowe os momentos de maior crítica contra a escravidão ocorrem nas passagens com outros personagens. Tomás não critica a escravidão; ele é o cristão resignado, que aceita o fundamento protestante de que a vida na Terra é apenas uma

passagem. O papel de Tomás é sentimentalizar o leitor e horrorizá-lo com a ideia de que mesmo pessoas boas vão sofrer com o sistema escravocrata por estarem presas a algo maior do que suas personalidades e do que a vontade individual de qualquer pessoa.

Ao tirar do conto as outras vozes, *Páginas de uma vida obscura* torna-se uma apologia ao “bom senhor” como solução para a escravidão. Isso se acentua ainda mais pela mudança feita pela autora que colocava os senhores cruéis no começo de sua história e deixava Domingos morrer nas mãos de bons senhores. Ao contrário de Tomás, Domingos não morre por castigos físicos impostos pela crueldade de seu dono. É o próprio escravo que trabalha excessivamente, *contra* a vontade de ser senhor. Se atentarmos apenas à leitura desse conto, a impressão que temos é de que sua autora acreditava que o pior mal da escravidão era o proprietário cruel:

A morte já havia invadido toda aquela outrora robusta organização, quando em sua volta de uma das montanhas que circundam o Rio de Janeiro onde se havia crido prolongar a sua existência, o nobre negro, simulando um espectro, aproximou-se com avidez de seu senhor, pediu-lhe humildemente a mão que abraçou nas suas descarnadas mãos, exclamando: “pensava morrer ser ver-vos ainda uma vez, ó meu benfeitor, meu pai! Já não poderei mais servir-vos.”

E as lágrimas embargaram-lhe a voz.

O branco estendeu a mão ao negro às portas da eternidade onde ia breve baixar não *o descuidoso Sta. Claire deixando o mártir Tom exposto aos horrores do cativo de bárbaro senhor*, mas sim o Tom brasileiro, cuja vida de mais duras proanças ou antes de mais extraordinária do que foi a do seu contemporâneo da União interessaria duplamente ao leitor se fosse escrita pela insigne pena de Mrs. Stowe. Lá o escravo negro cristão havia sobrevivido ao branco senhor, negligente em recompensá-lo e honrar a sua memória eternizando as suas virtudes! (Floresta, 1855b, p. 7).

No trecho quase final do conto, Nisia Floresta citava diretamente *A cabana do pai Tomás*. O que faz a descrição intrigante é a ligeira acusação contra um personagem do romance de Stowe, Augustine St. Claire, o primeiro senhor de Tomás após sua saída da fazenda de Shelby, no Kentucky, lugar onde Tomás vivera desde criança e constituíra sua família. A família de St. Claire é a mais desenvolvida na narrativa. Ali, mesmo que houvesse problemas que na antiga fazenda não havia, Tomás é muito bem tratado. St. Claire era, inclusive, um crítico do sistema escravocrata, embora não fosse abolicionista. Uma das críticas de Stowe está nesse personagem que, mesmo sendo bondoso, mesmo reconhecendo que integrava um sistema cruel, não fazia nada para mudá-lo. Em certo momento do romance, quando Tomás comenta que seus antigos donos prometeram resgatá-lo, “St. Claire pensou,

em seu coração, que aquilo era provavelmente apenas o tipo de coisas as quais donos de escravos bondosos dizem para seus criados, para aliviarem o horror de serem vendidos, sem qualquer intenção de cumprir a promessa que fizeram” (Stowe, 2016, p.363). Ainda que Tomás tivesse tido uma boa vida na antiga fazenda, St. Claire via naquilo uma atitude que poderia ser geral entre bons escravos e bons senhores na hora da comercialização.

Desse modo, St. Claire, apesar de bondoso, era essencialmente um proprietário de escravos. E quando observamos o trecho final do conto de Floresta, a impressão que temos é que ela estava criticando essa imagem de St. Claire. Afinal, não haveria razão para a autora brasileira acusar St. Claire de ter abandonado Tomás aos “horrores de um cativo bárbaro”, pois ele próprio havia morrido antes do escravo. Com a sua morte, Tomás e todos os demais escravos foram vendidos e infelizmente ele acabou nas mãos de um senhor cruel. No capítulo anexo ao romance original, Stowe dá um exemplo, segundo ela verídico, que esclarece bem essa questão da escravidão *versus* a bondade do proprietário. De acordo com a pequena narrativa, havia um senhor muito bondoso, assim como St. Claire, que viajou uma vez com um escravo, considerado por ele seu amigo. No entanto, na primeira oportunidade o escravo fugiu com a proteção de um quaker. O senhor, indignado, foi atrás do escravo, pois acreditou que ele havia sido manipulado por outras pessoas a abandoná-lo. De frente para o escravo, ele pediu uma explicação e o escravo disse que não poderia se afiançar na bondade de um senhor como garantia de sua vida; o melhor para ele seria a liberdade (Stowe, 2016, p. 656-657).

A impressão que temos é que Nísia Floresta não consegue ver que não tem como construir uma boa escravidão, ainda que com bons senhores, e por isso acaba se perdendo dentro de sua própria intenção. Em nenhum momento o “bondoso” senhor de Domingos manifesta a intenção de libertá-lo, para que pudesse ser considerado de alguma maneira superior a St. Claire. Existe, inclusive, uma irônica passagem na qual a família do senhor de Domingos vende a mãe de seu filho. Só que isso ocorre em um período em que o proprietário estava viajando, de modo a isentá-lo da culpa, ainda que ele continuasse sendo o patriarca daquela casa.

Como leitora, Floresta tecera muitos elogios à Harriet Stowe. Em obra de 1853, ela manifestava o desejo de que *A cabana do pai Tomás* transformasse não só a ela, mas as futuras gerações brasileiras, tornando-as capazes de se livrarem o Brasil da escravidão

(Floresta, 1989). Contudo, quando Nísia tentou transformar a defesa que ela fazia contra a escravidão em seus ensaios numa obra de ficção o resultado acabou sendo muito mais próximo de outros cautelosos discursos próprios da sociedade brasileira nesse período e de outras obras europeias mais antigas, que abordaram o negro a partir de uma suposta excepcionalidade. Assim, comparativamente, Harriet Stowe é a única determinadamente abolicionista.

Considerações finais

Se levarmos em conta o desenho mais amplo da realidade dessas três personagens, como propõem Franco Moretti, conseguimos perceber que falar de pessoas negras era também aderir a uma retórica do tempo, o que não necessariamente significava reconhecê-las como iguais em seus direitos e representatividade. A história do Haiti é um bom termômetro para pensar os limites dessa época. Citado tanto em *A cabana do pai Tomás* quanto em *Ourika*, nenhuma das autoras consegue reconhecer no movimento uma revolução tal como ocorrera na França e nos Estados Unidos. O fato de os negros terem lutado pela liberdade e adquirido o controle de uma nação no ocidente era visto de forma pejorativa em suas histórias; um mau exemplo que não deveria se repetir (Machado, 2022).

Se *Ourika* não tinha espaço na sociedade francesa, também é questionável o espaço que Stowe lega para seus ex-escravos nos Estados Unidos ao enviar Elisa e sua família para a Libéria no fim do romance. Mais questionável ainda são as atitudes duais da autora perante personalidades negras de sua época como Frederick Douglass e Harriet Jacobs (Levine, 1992). Ainda assim, esse é o período em que o movimento de mulheres e de negros conseguiam se apoiar em suas causas, mostrando um reconhecimento das limitações de ambos numa sociedade patriarcal (Newman, 1999). O resultado das obras dessas três mulheres não esconde a cor que possuíam e a classe social a que pertenciam; por outro lado, é notável que tenham sido capazes de se sensibilizarem com a causa racial e terem um mínimo necessário de alteridade para representarem o outro tentando dar-lhe características narrativas positivas e buscando de alguma forma criar mudanças. Ainda que uma atividade complexa, pensar em representatividade negra, escravidão e abolicionismo dentro da literatura traz inevitavelmente a necessidade de se pensar a história. Como insiste Pascale Casanova (2002, p. 421): “ler um texto de maneira inseparavelmente literária e histórica é recolocá-lo no

tempo que lhe é próprio, situá-lo no universo literário em relação ao seu meridiano de Greenwich específico.”

As obras aqui selecionadas são apenas algumas de várias que circularam ainda na primeira metade do século XIX com protagonistas negras e que demonstraram a forte interligação entre os países do Atlântico em termos de intercâmbio cultural. Ainda que não possamos dizer que todas elas circularam no Brasil, aquelas que por aqui estiveram presentes, como as escritas por essas três mulheres, sugerem que era mais provável que os brasileiros, assim como europeus e americanos, tivessem interesse em se familiarizar com obras literárias que apresentassem personagens negros, ainda nas primeiras décadas do século, do que o contrário. Como já vem insistindo Márcia Abreu em diversos trabalhos (2011; 2013; 2014), olhar para as obras que circularam, e não apenas para aquelas que foram canonizadas, ajuda-nos a ter uma percepção melhor dos interesses dos leitores e conseqüentemente da sociedade em que eles viviam.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. A circulação transatlântica de impressos: a globalização da cultura no século XIX. **Livro: revista do núcleo de estudos do livro e da edição**. Universidade de São Paulo, 2011.

ABREU, Márcia. Conectados pela ficção: circulação e leitura de romances entre a Europa e o Brasil. **O Eixo e a Roda**, v. 22, n. 1, 2013.

ABREU, Márcia. Problema de história literária e interpretação de romances. **Todas as Letras X**, São Paulo, v. 16, n.2, p. 39-52, 2014.

ABREU, Márcia; SILVA, Ana Cláudia Suriani da. **The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book-trade, and Reading in the Transatlantic World**. London/New York: I.B.Tauris, 2016.

AZEVEDO, Célia. Quem precisa de São Nabuco?. **Estudos afro-asiáticos**. 2001, v. 23, n. 1, p. 85-97.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CURTIN, Philip D. **The image of Africa: British ideas and action, 1780-1850**. Madison: University of Wisconsin Press, 1964.

DUARTE, Constância Lima. “Introdução”. In: FLORESTA, Nísia. **Cintilações de uma alma brasileira**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Natal, RN: EDUFRRN, 2008.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

DURAS, Claire de. **Ourika**. Versão baseada na edição de 1824. Disponível em: http://slavery.uga.edu/texts/literary_works/ourikafrench.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2023.

DUDON, Augustine. **Nouvelle Ourika**. Paris, 1824.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FLAUBERT, Gustave. **Correspondance**. Paris: Gallimard, 1998.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. **O Brasil Ilustrado**, 31 de março de 1855a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706817&pagfis=1>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. **O Brasil Ilustrado**, 30 de junho de 1855b. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706817&pagfis=1>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GAUTHIER, Florence. **L’aristocratie de l’épiderme: le combat de la Société des Citoyens de Couleur (1789-1791)**. Paris: CNRS éditions, 2007.

GEGGUS, David Patrick. e FIERING, Norman. (orgs) **The world of the Haitian Revolution**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

GRUZINSKY, Serge. **Les quatre parties du monde: histoire d’une mondialisation**. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

HEDRICK, Joan. **Harriet Beecher Stowe: a life**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOFFMANN, Léon-François. **Le nègre romantique : personnage littéraire et obsession collective**. Paris: Payot, 1973.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: Uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JAMES, Cyril Lionel Robert **Os jacobinos negros** – Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JAYAWARDENA, Kumari. **Feminism and Nationalism in the third World.** London: Zed Book, 1996.

JORDAN-LAKE, Joy. **Whitewashing Uncle Tom’s Cabin: nineteenth century women novelists respond to Stowe.** Nashville: Vanderbilt University Press, 2005.

LEVINE, Robert. Uncle Tom’s Cabin in Frederick Douglass’ Paper: an analysis of reception. **American Literature**, v. 64, n. 1, mar., 1992.

MAIA, Ludmila. **Viajantes de Saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa, Brasil, século XIX),** 2016.

MACKAY, John. **True Songs of Freedom: Uncle Tom’s Cabin in Russian Culture and Society.** Wisconsin: University of Wisconsin, 2013.

MACHADO, Ligia Cristina. **Rebeldes, cristãos e revolucionários: o papel da Revolução do Haiti na representação negra do século XIX.** Tese de doutorado (Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp), 2022.

MILLER, Christopher. **The French Atlantic Triangle** – literature and culture of the slave trade. Durham & London: Duke University Press, 2008.

MORETTI, Franco. Conjecturas sobre a literatura mundial. **Novos Estudos CEBRAP.** n.58, nov. 2000. p. 173-181.

NEWMAN, Louise Michele. **White woman’s rights: the racial origins of feminism in the United States.** New York & Oxford: Oxford Press, 1999.

PARFAIT, Claire. Un succès américain en France: La case de l’Oncle Tom., **E-rea** [En ligne] 7| 2010, mis en ligne le 24 mar 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/erea/981>. Acessado: 28 de abril de 2023.

PARFAIT, Claire. **The publishing history of Uncle Tom’s Cabin, 1852 – 2002.** Hampshire: Ashgate Publishing Company, 2007.

STOWE, Harriet. **A cabana do pai Tomás.** São Paulo: Amariyls, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações.** Petrópolis: Vozes, 2010.

VARIKAS, Eleni. Os refugos do mundo: figuras do pária. **Estudos Avançados**, 24 (69), 2010.

Recebido em: 05/05/2023

Aceito para publicação em: 15/09/2023.